



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13333 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE FLORESTAN FERNANDES: ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Debora Mazza - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE FLORESTAN FERNANDES: ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Resumo O trabalho analisa a atuação de Florestan Fernandes nos mandatos na Câmara dos Deputados (1987/1991 e 1991/1995) visando apontar as temáticas de suas intervenções, suas propostas de encaminhamentos e seu diagnóstico sobre as resistências ao estabelecimento da ordem democrática no Brasil. Existe uma fortuna crítica que se debruça sobre vida e obra do autor apontando suas incursões no campo das pesquisas sobre o folclore, os indígenas, a sociologia teórica e aplicada, as relações raciais, a educação pública, a universidade e a revolução burguesa. Entretanto, nos limites deste trabalho, nos ateremos ao último período de sua vida quando atuou como parlamentar. Para tanto, trabalhamos com os arquivos sonoros dos seus pronunciamentos no plenário do Congresso Nacional além de seus textos, artigos, livros e pronunciamentos de época, dialogando sempre com os intérpretes do pensamento social brasileiro. A pesquisa aponta que a atualidade do pensamento sócio educacional de Florestan se vincula ao caráter cíclico das crises do capitalismo brasileiro que terminam por repor temas de nossa origem, formação social e condição retardatária e dependente no concerto do capitalismo global, apossando a intelectualidade comprometida a submergir no circuito fechado de uma certa relação entre Estado-sociedade, impossibilitando-nos de avançar em caminhos ainda não percorridos.

Palavras chave: Florestan Fernandes, Educação, Atuação Parlamentar, Estado e Sociedade

Introdução, objetivos e fundamentos teóricos

O trabalho objetiva descrever e analisar a contribuição de Florestan Fernandes (1920 a 1995) na construção da política educacional no período em que atuou no Congresso Nacional, na condição de Deputado Federal, eleito pelo voto popular, pelo Partido dos Trabalhadores e cumprindo os mandatos de 1987 a 1991 e 1991 a 1995. Trata-se de uma pesquisa em andamento, financiada por bolsa produtividade do CNPq que visa apontar as temáticas de suas intervenções, suas propostas de encaminhamentos e seu diagnóstico sobre as resistências ao estabelecimento da ordem democrática no Brasil. A hipótese é que sua contribuição ilumina dilemas contemporâneos que há décadas rondam de modo cíclico as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, respingando nas esferas da cultura e política, e que, segundo o autor, se relacionam com a posição que o país ocupa no concerto do capitalismo global.

Florestan Fernandes é um dos intelectuais brasileiros mais influentes do século XX sendo declarado o patrono da Sociologia brasileira pela Lei no. 11.325, de julho de 2006.

A problemática educacional brasileira atravessa a produção sociológica de Florestan Fernandes desde a década de 1940 até seus últimos escritos em 1995. (FERNANDES, 1989a; 1989b; 1993, 1995a, 1995b) pois o sociólogo que pesquisa as crianças, o folclore, as brincadeiras de rua, o índio, o negro, a tradição oral, as relações raciais, a urbanização, a industrialização e a escola pública como processos de secularização da cultura no modo de produção capitalista burguês, é o mesmo que opera com as generalidades teóricas e metodológicas da Sociologia, apurando as historicidades singulares, empíricas e conceituais. Ele espreita os diferentes referenciais explorando as perspectivas plurais de compreensão do Brasil e da América Latina e dos países integrados ao capitalismo global de maneira particular, retardatária, periférica e dependente.

Em todas as suas frentes de trabalho (ensino, pesquisa, militância e articulista) a Educação comparece como uma responsabilidade cívica na construção, no alargamento e no esgotamento da ordem democrática. Ele diz:

O enfrentamento e a solução do dilema educacional é condição de superação da posição de atraso do Povo, do subdesenvolvimento e da dependência [...] Existe um ostensivo apego a uma mentalidade que desdenha da educação popular, teme a democratização do ensino e se opõe a expansão da rede de escolas públicas. [...] Ora, o Senado Federal (quando vota contra a exclusividade dos recursos públicos para as escolas públicas) exprime o estado de espírito mais consolidado e geral das camadas dominantes; impõem-se, portanto, organizar uma campanha e uma luta demorada e difícil. [...] Os males que precisamos combater são por demais arraigados e só desaparecerão mediante uma alteração profunda da mentalidade média do brasileiro (FERNANDES, 1966, p. 348).

Importa-nos, portanto, perseguir o valor estratégico atribuído pelo autor à educação como elemento central para alavancar o progresso econômico com desenvolvimento político, social e autonomia cultural rumo ao socialismo (SOARES, 1997; SOARES & COSTA, 2021), bem como, dialogar com a fortuna crítica sobre a obra de Florestan Fernandes, particularmente as reflexões que se localizam na interface entre a teoria sociológica, as manifestações da cultura e a problemática educacional (ARRUDA & GARCIA, 2003; D'INCAO, 1987; FÁVERO, 2005; IANNI, 1986; MARTINS 1998; MAZZA, 2003; RODRIGUES, 2006; ROMÃO, 2006). Neste sentido, a educação brasileira comparece no campo do desenvolvimento sustentável com forte rebatimento na qualidade de vida da população, no progresso do país e na construção de uma ordem democrática inclusiva. Assim sendo, a pesquisa se situa empiricamente no repertório sócio histórico da contribuição de Florestan Fernandes para a educação brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, podendo esclarecer e subsidiar o ciclo e os desafios contemporâneos das políticas públicas sociais, em geral, e educacionais, em particular.

Metodologia

Para tanto, estamos trabalhando com 150 arquivos sonoros dos pronunciamentos de Florestan Fernandes no plenário do Congresso Nacional, além de seus textos, artigos, livros e pronunciamentos de época (OLIVEIRA, 2010). Dialogamos também com a fortuna crítica de Florestan e os intérpretes do pensamento social brasileiro (BRANDÃO, 2005; MAIA, 2009; SCHWARZ, 2009). Desta forma, a investigação se filia a uma abordagem qualitativa que busca fontes documentais e não documentais, opera com dados qualitativos e quantitativos e submete o material coligido a um tratamento sócio histórico visando superar as dicotomias que cercam as análises internalistas e externalistas; subjetivistas e objetivistas (SKINNER, 1978)

Análise e discussão dos resultados

Florestan compreendia que o desafio fundamental da nossa política educacional era afirmar as práticas democráticas e pôr fim aos privilégios que marcavam nossa história no passado e no presente, visto que “as políticas educacionais das várias repúblicas deste século nunca existiram” (FERNANDES, 1995a, p. 9)

Neste certame, os dois mandatos parlamentares colocaram-no diante de duas circunstâncias especiais da política educacional brasileira: a elaboração da nova Constituição pós-ditadura militar e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com relação à Constituição, diversos segmentos da sociedade e entidades científicas nacionais da área da educação como: ANDES, ANFOPE, ANPAE ANPED, CEDES, CNTE, FORUNDIR se mobilizaram e depositaram suas esperanças no sentido de que fossem incorporadas leis que consolidassem a sociedade democrática entre nós.

Ocupando a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, como representante do PT, a pesquisa nos arquivos sonoros indica os projetos de dispositivos constitucionais e sua

atuação incansável abarcando vários eixos, dos quais destacamos: a) a destinação exclusiva de recursos públicos para o sistema público de educação; b) a autonomia didático, científica administrativa e financeira das universidades públicas; c) a liberdade de ensino e expressão; d) a igualdade de oportunidades educacionais por meio do ensino laico, público e gratuito em todos os níveis e graus; e) a aplicação, por parte da União, de 13% , e dos estados, distrito e municípios, de 25% de sua receita tributária global no ensino público; f) a eleição de reitores e diretores pela comunidade escolar; g) a escola como unidade básica do sistema educacional e a sala de aula como ponto de partida (e de chegada) e como atividade pedagógica criadora (FERNANDES, 1989a).

Algumas dessas propostas foram incorporadas total ou parcialmente, outras foram excluídas do texto constitucional em função de disputas políticas que expressavam projetos e interesses conflitantes. No entender de Florestan, a Nova República esvaziou as expectativas de ruptura com o passado pois as forças políticas hegemônicas neutralizaram as propostas mais ousadas, resultando em uma Constituição “híbrida e ambígua”. Mesmo expurgando a “revolução dentro da ordem”, o embate de forças expresso na Assembleia Nacional não foi capaz de anular as lutas para a criação de um sistema educacional sem privilégios. Assim, apesar do texto constitucional acenar com perspectivas de democratização do ensino, ele manteve canais de destinação dos recursos públicos para o ensino privado, conteve a democratização interna das escolas e universidades e assegurou a continuidade das decisões relativas ao ensino municipal, estadual e federal nas mãos dos gestores governamentais e não dos trabalhadores da educação. Quanto à LDB de 1996, Florestan anunciou que ela unificava os dois predadores aliados da educação – “a privatização neoliberal, inerente à globalização da economia, e a privatização particularista dos donos das escolas arcaicas e nociva à comunidade nacional” (FERNANDES, 1995b, p. 15). Ela amaciou o caminho para as reformas educacionais implantadas no Brasil e no mundo, pelos organismos multinacionais, no final do século XX.

Considerações finais

Florestan persegue a hipótese de que as características peculiares que vincam as relações do Estado brasileiro com o conjunto da sociedade, ou melhor, a ordem democrática nos contornos da ordem capitalista periférica, não avança rumo a uma sociedade de classes inclusiva e de direitos. Sua obra aponta a existência de um *circuito fechado* em torno do qual o capitalismo brasileiro gira em falso pondo e repondo temas e dilemas da nossa formação e que nos impedem embarcar em novas aventuras e nos submergem na repetição contínua do mesmo. Assim, as reflexões sobre as relações do Estado com a cultura e a política desembocam num estoque teórico e metodológico de questões postas pelo desenvolvimento social que são reguladas e travadas nas trocas (materiais e imateriais) que o nosso mercado nacional estabelece com o mercado mundial. Florestan ativa continuamente a incompatibilidade da fabulação teórica moderna liberal realizar-se na sociedade brasileira. Ele atua, paradoxalmente, no sentido de forçar o Estado nacional a implementar as promessas da expansão europeia moderna burguesa nas condições concretas da maioria da

população e, ao mesmo tempo, denuncia o nosso estatuto colonial que não destrava a modernidade nos países da periferia do capitalismo global. O dilema educacional brasileiro comparece como campo heurístico que descobre os limites, o descompasso e a posição dependente de nossa modernidade burguesa inacabada na relação predatória que a ordem privada, interna e externa, estabelece com a ordem pública, no mal-estar expresso pela intelectualidade entre a fabulação do discurso liberal-burguês e a realidade política e econômica que não realiza o Estado legal de direito, na manutenção de práticas patrimonialistas de privilégios das elites e favoritismo dos poderosos frente ao povo e, finalmente, na construção de um “nacional por subtração”, ou seja,

Desde o século passado existe entre as pessoas educadas do Brasil [...] o sentimento de viverem entre instituições e ideias que são copiadas do estrangeiro e não refletem a realidade local. Contudo, não basta renunciar ao empréstimo para pensar e viver de modo mais autêntico. Aliás, esta renúncia não é pensável. Por outro lado, a destituição filosófica da noção de cópia tampouco faz desaparecer o nosso problema” (SCHWARZ, 2009, p. 123).

Assim, seguimos sustentando um conceito de nação que se desenha pelos qualificativos que faltam nas nossas elites e no nosso povo e na imitação mimetizada de processos vividos pelos centros europeus e que nunca se realizaram adequadamente na periferia. Este é o paradoxo incontornável do tempo presente denunciado constantemente por Florestan Fernandes e que assume dimensões maiúsculas no dilema educacional brasileiro.

Referências citadas

ARRUDA, Maria Arminda do N. & GARCIA, Sylvia G. *Florestan Fernandes, mestre da Sociologia moderna*. Brasília: paralelo 15: CAPES, 2003.

BRANDÃO, Gildo M. Linhagens do pensamento político brasileiro. In *DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 48, no. 2, 2005, p. 231- 269.

D’INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

FÁVERO, Osmar. (org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP:

Autores Associados; Niterói: RJ: Ed UFF, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. SP: Dominus Editora S.A, 1966.

_____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989a.

_____. *A Constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989b.

_____. *LDB impasses e contradições*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.

_____. Universidade e talento. In *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 4, out/1995a, p. 9.

_____. Variações no Senado. In *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 de maio, 1995b, p. 15
IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.

MAIA, João M. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 24, no. 71, out/2009, p. 155-168.

MARTINS, José de S. *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1998.

MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional (1941-1964)*. Taubaté, SP: Cabral Editora, 2003.

OLIVEIRA, Marcos M. de. *Florestan Fernandes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

RODRIGUES, Lidiane S. *Entre a academia e o Partido: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. 3ª. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SKINNER, Quentin. *The foundations of modern political thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

SILVEIRA, Maria de F. S. da. *Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no pensamento social latino americano*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 2017.

SOARES, Eliane V. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, Eliane V. & COSTA, Diogo V. de A. (orgs). *Florestan Fernandes: trajetórias, memórias e dilemas do Brasil*. Chapecó, SC: Marxismo 21, 2021.